

CONJUNTO 4:

Texto “Lutas pela terra durante a ditadura civil-militar”

Em 1975, surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vinculada à Igreja Católica. Ela se organizava a partir de diversas paróquias das periferias das cidades e, também, em comunidades rurais, dando assistência aos camponeses, tal como faziam as CEBs nos anos do regime militar. No início, a CPT voltou-se para luta dos posseiros do Centro-Oeste e do Norte. Posteriormente, com a eclosão da luta pela terra em todo o país, ela tornou-se uma instituição de alcance nacional. A atuação da CPT no Sul do país deu origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Inaugura-se aí uma nova relação entre a religiosidade popular e as instâncias oficiais da Igreja. Fé e luta social se unem de outra maneira.

O MST nasce, em 1984, em um contexto de redemocratização política e de arrefecimento das lutas sociais e de massa no país. O período anterior, sobretudo durante a década dos anos 1970, em pleno fervor da ditadura militar, marca o aprofundamento das políticas agrícolas encampadas pelos países do capitalismo central, em especial pelos Estados Unidos (...).

Esse movimento contribuiu para a expulsão de centenas de milhares de camponeses e de agricultores tradicionais de suas terras, elevando o índice da população sem-terra e incorporando-os como mão de obra barata às indústrias, criando um amplo exército industrial de reserva, composto por proletários rurais e subproletários urbanos. (...)

Neste contexto, em 1979, nasce o embrião do que viria a ser o MST, com a ocupação da fazenda Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Trabalhadores rurais sem-terra, insatisfeitos com o avanço da agricultura latifundiária, se organizam para cobrar suas terras de volta. Em 1981, o MST, ocupa a fazenda Annoni, no município de Sarandi, no Rio Grande do Sul. Centenas de sem-terra foram mobilizados transformando este momento no marco inicial da massificação do movimento e da utilização de táticas de luta como as marchas e as ocupações de órgãos públicos, com o intuito de cobrar do Estado que cumprisse a devolução das terras para os camponeses, retomando as políticas de Reforma Agrária.

Fonte: www.memoriasdaditadura.org.br/cnv-e-as-lutas-por-terras/, texto adaptado.



Trajetória: Margarida Maria Alves

Era em torno das 18 horas do dia 12 de agosto de 1983 quando Margarida Maria Alves, 50 anos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, foi assassinada a tiros por um pistoleiro encapuzado. Ela foi fulminada à porta de sua casa, à vista do marido, enquanto contemplava o filho de dez anos que brincava na rua. O assassino, contratado por senhores de engenho da região do brejo paraibano, aproximou-se paralelamente à parede da casa e ao chegar frente à porta disparou com uma espingarda

calibre 12, carregada com pregos enferrujados e chumbo grosso, contra a cabeça de Margarida.

De acordo com registros do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru), “devido à violência do impacto, o umbral da porta e as paredes da casa ficaram salpicados de restos de cérebro, sangue e pele...” Depois de matá-la à queima-roupa, o assassino retirou-se calmamente, indo ao encontro de outros dois capangas que o aguardavam. A cena do corpo de Margarida ensanguentado e jogado ao chão perdurou na memória do filho, José de Arimatéia Alves.

Naquele período, a sindicalista havia conquistado na Justiça a readmissão de trabalhadores em usinas. O enfrentamento dos senhores de engenho que exploravam a mão de obra dos trabalhadores do campo tornou-se uma das marcas de sua atuação como sindicalista. A exigência de carteira assinada, 13º salário, redução da jornada de trabalho e férias, entre outros direitos, levou-a a dar entrada em 73 ações trabalhistas contra os latifundiários da região. No ano anterior, Margarida Alves já havia sido agredida por José Mil, dono do engenho Miranda. No Brejo Paraibano, tornava-se conhecido e temido o “Grupo da Várzea”, que reunia senhores de engenho e grandes donos de terra dispostos a eliminar os líderes dos camponeses. Foram os mandantes da morte de Margarida.

Pouco antes do assassinato ela havia sido ameaçada por Agnaldo Veloso Borges, proprietário da usina Tanques. Este mesmo usineiro havia sido apontado pelo pistoleiro que assassinou João Pedro Teixeira como o mandante do crime ocorrido em 1962. Margarida Alves levava a público as ameaças e intimidações que vinha sofrendo. Dias antes de sua morte, ciente dos riscos que corria, disse: “Não fujo da luta...”. Em seu último discurso, sustentava que era preferível “morrer na luta que morrer de fome”. Outras ameaças haviam lhe sido feitas naquele período. Segundo o Centru,

o filho de um senhor de engenho espancou uma moradora de suas terras, sendo esta velha e aleijada. Tomando conhecimento do fato, o Sindicato de Alagoa Grande, na pessoa de Margarida Maria Alves, moveu um processo no valor de 2 milhões e trezentos mil cruzeiros. João Carlos de Melo, pai do agressor e proprietário do engenho Jenipapo, teria ameaçado Margarida e a moradora dizendo que ‘ela podia receber o dinheiro, mas não ia gastar’.

Caçula de uma família de nove irmãos, Margarida começou a trabalhar na terra aos oito anos de idade. Ao completar 28, foi morar na zona urbana do município e continuou a estudar. Foi por meio da ajuda e influência do padre Geraldo que começou a se inserir no STR de Alagoa Grande. Iniciou as atividades como tesoureira da entidade, elegendo-se presidente do sindicato quando tinha 40 anos. Em suas gestões, moveu mais de 600 ações trabalhistas contra senhores de engenho da região. Se sua eleição havia sido algo inédito no Nordeste da época, mais inédito ainda foi o fato de ter permanecido no cargo por 12 anos. A trajetória de Margarida Alves estimularia outras mulheres a se tornarem líderes rurais.

Depois do crime, o Tribunal de Justiça da Paraíba rejeitou, por 12 votos a 2, a representação do governo estadual para a formação de uma comissão judiciária para apurar o assassinato de Margarida. Foi aberto inquérito e o delegado Gilberto Rosa identificou o criminoso, decretou sua prisão preventiva, mas não conseguiu prendê-lo. O nome não foi revelado para “não prejudicar as investigações”. Conforme o delegado, seis pessoas estavam envolvidas no assassinato, sendo que três delas já haviam sido presas: José Nicolau Alves da Silva, Roberto Alves Cavalcanti (respectivamente, pai e filho) e Félix Vicente. Entre os autores estavam o soldado da Polícia Militar Betaneo Carneiro dos Santos, os irmãos Amauri José do Rego e Amaro José do Rego, além de Biu Genésio, motorista do veículo utilizado no crime e morto em 1986 como “queima de arquivo”.

Vinte e sete anos depois, o assassinato de Margarida continua impune e o processo foi arquivado. Dos cinco acusados de serem mandantes do crime, ligados ao Grupo da Várzea, apenas dois foram julgados e absolvidos: Antônio Carlos Coutinho e José Buarque de Gusmão Neto, conhecido como Zito Buarque. Dos outros mandantes, Agnaldo Veloso Borges já faleceu e os irmãos Amaro e Amauri José do Rego estão foragidos. Em julho de 1994, o arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, criou uma organização não governamental em homenagem à líder sindical: a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Desde o ano 2000, entidades do campo organizadas pela Contag e pela CUT realizam a “Marcha das Margaridas”, uma mobilização que reúne milhares de mulheres trabalhadoras rurais em Brasília.